



Universidade Federal do Ceará
Coordenadoria de Concursos - CCV

**Processo seletivo simplificado para a seleção de estagiários,
destinado a alunos do curso de Direito para Procuradoria
Geral da Universidade Federal do Ceará.**

EDITAL Nº 002/2013

Prova Objetiva

Data: 07.04.2013

Duração: 04 horas

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala,
nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

01. Conforme a Constituição Federal brasileira, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:
- A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
 - B) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos termos desta Constituição.
 - C) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
 - D) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
 - E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os três últimos dependentes do primeiro, nos termos desta Constituição.
02. Com fulcro na norma constitucional insculpida no artigo 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer", esta pode ser classificada quanto à sua eficácia em:
- A) plena.
 - B) contida.
 - C) limitada.
 - D) exaurida.
 - E) absoluta.
03. No que tange à classificação das Constituições segundo os critérios de estabilidade e modo de elaboração, a Constituição Federal brasileira de 1988 é, respectivamente:
- A) material e semi-flexível.
 - B) rígida e dogmática.
 - C) analítica e flexível.
 - D) histórica e formal.
 - E) sintética e escrita.
04. No universo das garantias constitucionais, o indivíduo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, poderá valer-se de:
- A) Habeas Data.
 - B) Ação Popular.
 - C) Mandado de Injunção.
 - D) Mandado de Segurança Coletivo.
 - E) Mandado de Segurança Individual.
05. Quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, pode-se afirmar que:
- A) haverá juízo ou tribunal de exceção.
 - B) é vedada a pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.
 - C) a prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível.
 - D) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário somente lesão a direito.
 - E) qualquer pessoa poderá ser compelida a associar-se ou a permanecer associada.
06. Quanto ao direito à inviolabilidade de domicílio, é correto afirmar que:
- A) a casa é violável no caso de flagrante, desastre ou para prestar socorro.
 - B) ninguém pode violar a casa, à noite, mesmo que munido de autorização judicial.
 - C) o conceito de casa é restrito e abrange, apenas, a residência com ânimo definitivo.
 - D) a casa é asilo inviolável e em nenhuma hipótese se pode nela ingressar sem o consentimento do morador.
 - E) a casa, à noite, torna-se violável nas hipóteses de flagrante, desastre e prestação de socorro, porém é necessária autorização judicial.
07. Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, ocasiona a perda dos direitos políticos:
- A) a incapacidade civil absoluta.
 - B) a condenação criminal transitada em julgado.
 - C) a prática de ato de improbidade administrativa.
 - D) o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
 - E) a recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta por motivo de crença religiosa.

08. Estão arrolados entre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores:
- A) irredutibilidade do salário, que não poderá ser minorado sequer por acordo coletivo.
 - B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
 - C) a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.
 - D) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - E) remuneração do trabalhador portador de deficiência, no mínimo, superior a cinquenta por cento à do que não tenha deficiência.
09. Segundo o texto supremo, em regra, o Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal. Contudo, excepcionalmente, poderá ocorrer essa intervenção quando, entre outras hipóteses:
- A) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei complementar.
 - B) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por pelo menos três anos consecutivos, a dívida fundada.
 - C) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - D) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos e privados de saúde.
 - E) o Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
10. Segundo o rol de competências definidas no âmbito da organização político-administrativa do Estado Brasileiro pelo texto constitucional, é correto afirmar que a União:
- A) pode avocar uma competência estadual ou municipal sempre que o interesse público exigir.
 - B) suplementa a atuação dos Estados e Municípios quando exerce a competência legislativa concorrente.
 - C) é dotada de competência administrativa remanescente ou residual para suprir a inércia legislativa dos Estados e Municípios.
 - D) possui competência legislativa privativa, a qual não pode ser delegada aos Estados, ao Distrito Federal e nem aos Municípios.
 - E) possui competência comum, juntamente com Estados, Distrito Federal e Municípios, para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Quanto aos princípios informativos do Direito Administrativo, estes:
- A) restringem-se àqueles expressamente previstos na Constituição Federal.
 - B) são normas previstas em regulamentos específicos sobre ética na Administração Pública.
 - C) restringem-se àqueles expressamente previstos na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais.
 - D) são regras insculpidas na legislação infraconstitucional para as quais estão previstas sanções de natureza penal.
 - E) consistem no conjunto de proposições que embasam o regime jurídico-administrativo e lhe garantem a validade.
12. No que tange aos atos administrativos, é correto afirmar que:
- A) os atos discricionários não são passíveis de revogação pela Administração.
 - B) a discricionariedade corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos vinculados.
 - C) o mérito do ato administrativo corresponde ao juízo de conveniência e oportunidade presente nos atos discricionários.
 - D) os atos vinculados são passíveis de anulação pela Administração, de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.
 - E) os atos vinculados não comportam juízo de conveniência e oportunidade pela Administração, que pode revogá-los a qualquer tempo.

13. O princípio da motivação dos atos administrativos tem ganhado enorme importância como meio de controle da atividade estatal pelos cidadãos. Contudo, nos termos da legislação federal, independe de motivação o ato administrativo que:
- A) determine a remoção ex officio de um servidor.
 - B) promova a anulação de outro ato administrativo.
 - C) promova a revogação de outro ato administrativo.
 - D) negue licença, requerida por particular, para o exercício de determinada atividade.
 - E) conceda a qualquer interessado o acesso a informações administrativas de interesse público não sujeitas a sigilo legal.
14. No que tange à Administração Pública, uma autarquia:
- A) não integra a Administração Indireta.
 - B) terá garantia de estabilidade de seus dirigentes.
 - C) é essencialmente considerada um serviço autônomo.
 - D) deve necessariamente possuir um regime jurídico de direito público.
 - E) subordina-se hierarquicamente a algum Ministério, ou órgão equivalente no plano dos demais entes federativos.
15. Quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que:
- A) não se submetem a lei de licitações, porque sujeitas ao regime jurídico típico de direito privado.
 - B) se submetem ao regime jurídico típico das empresas privadas, com derrogações por normas de direito público.
 - C) não se submetem a lei de licitações, salvo no que se refere às suas atividades fins, que dependem sempre de licitação.
 - D) se submetem ao regime jurídico de direito público quando se tratar de empresa pública, porque o capital pertence a pessoas jurídicas de direito público.
 - E) se submetem integralmente ao regime jurídico de direito privado, sem derrogações, a fim de resguardar o princípio da isonomia em relação às demais empresas que atuem no setor.
16. Quanto aos agentes públicos, estes:
- A) são os servidores que atuam na Administração direta, exclusivamente.
 - B) são os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, exclusivamente.
 - C) se restringem aos funcionários públicos, que prestam serviços na Administração indireta.
 - D) se restringem às pessoas naturais incumbidas transitoriamente do exercício de alguma função estatal.
 - E) são pessoas naturais incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal.
17. Quanto aos poderes da Administração Pública, o poder regulamentar consiste na prerrogativa de:
- A) editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.
 - B) organizar a atividade administrativa, inclusive com a criação de órgãos.
 - C) controlar a atividade de órgãos inferiores, verificando a legalidade dos atos praticados.
 - D) impor restrições à atuação de particulares, em benefício da coletividade, nos limites legais.
 - E) apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e particulares que contratam com a Administração.
18. Quanto à teoria dos órgãos públicos, estes consistem:
- A) unicamente nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - B) em centros de competência dotados de personalidade jurídica.
 - C) nos agentes públicos que desempenham as funções da Administração Pública.
 - D) complexo de competências instituídos para o desempenho de funções estatais.
 - E) nas pessoas, enquanto sujeitos de direitos e obrigações, dentro da Administração Pública.
19. No que tange à modalidade de licitação denominada concorrência, dela participam:
- A) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
 - B) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.
 - C) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - D) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
 - E) fornecedores especializados para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, na qual a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública.

20. A Universidade Federal do Ceará - UFC contratou a reforma do edifício de sua Faculdade de Direito. No curso da execução do contrato, constatou a necessidade de acréscimos nas obras inicialmente contratadas. De acordo com as normas regentes da temática em comento, a Administração:
- A) não poderá aditar o contrato para introduzir acréscimos sob pena de violação ao procedimento licitatório.
 - B) poderá alterar o contrato, unilateralmente, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - C) somente poderá aditar o contrato para introduzir acréscimo em seu objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - D) somente poderá alterar o contrato na hipótese de comprovar a ocorrência de eventos supervenientes e sempre até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - E) somente poderá alterar o contrato com a concordância do contratado, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do seu valor inicial, cabendo o reequilíbrio econômico-financeiro de acordo com as condições vigentes no momento da alteração.

DIREITO CIVIL

21. Consoante as normas gerais regentes do ordenamento jurídico pátrio, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. Este enunciado é:
- A) verdadeiro e caracteriza o princípio da irretroatividade legal.
 - B) verdadeiro e configura a regra sobre repristinação legal.
 - C) verdadeiro e caracteriza derrogação legal.
 - D) falso e configura a abrogação legal.
 - E) falso e caracteriza a vacância legal.
22. Conforme estipulado na Constituição Federal e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, as normas regentes do direito intertemporal:
- A) não admitem em qualquer hipótese lei com efeito retroativo.
 - B) impedem o efeito imediato da lei, apenas para não atingir o ato jurídico perfeito.
 - C) permitem sempre a prevalência das normas de ordem pública, em relação ao direito adquirido.
 - D) preservam a coisa julgada dos efeitos da lei nova, mas não o direito adquirido, nem o ato jurídico perfeito.
 - E) estabelecem a coexistência da regra do efeito imediato da lei com a vedação de ela prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
23. O instituto jurídico da *vacatio legis* consiste:
- A) no intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.
 - B) no período de tramitação da lei na Câmara dos Deputados.
 - C) no período de tramitação da lei no Congresso Nacional.
 - D) no período de tramitação da lei no Senado Federal.
 - E) no período de vigência da lei temporária.
24. Segundo o Código Civil brasileiro, pode-se afirmar que:
- A) inexistente situação de comoriência em nosso direito civil.
 - B) a morte presumida só será declarada com a decretação da ausência da pessoa.
 - C) os nascituros não têm direitos reconhecidos pela lei antes de seu nascimento com vida.
 - D) qualquer ser humano pode exercer pessoalmente sua capacidade para os atos da vida civil, sem ressalvas.
 - E) presume-se o término da existência da pessoa natural, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
25. Dentre as hipóteses legais, considera-se relativamente incapaz:
- A) a pessoa entre 18 e 21 anos de idade.
 - B) o idoso que contar mais de 70 anos de idade.
 - C) a mulher casada que depender de autorização do marido para vender bem imóvel.
 - D) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
 - E) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.

26. Antônio Martins Filho foi um dos mais eminentes fomentadores da fundação da primeira universidade do Ceará, tendo sido o primeiro reitor da Universidade Federal do Ceará - UFC. Analisando o nome do célebre reitor, protegido pelo Código Civil brasileiro, o seu agnome é:
- A) Filho.
 - B) Antônio, apenas.
 - C) Martins, apenas.
 - D) Antônio Martins.
 - E) não há agnome no nome indicado.
27. Segundo o Código Civil brasileiro, são pessoas jurídicas de direito privado:
- A) as organizações religiosas e as autarquias.
 - B) as fundações e os condomínios em edificação.
 - C) os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - D) as associações, inclusive as associações públicas, em razão da atividade que exercerem.
 - E) as pessoas jurídicas que forem regidas pelo direito internacional público, quando as respectivas sedes se acharem em países estrangeiros.
28. Considere que uma determinada fundação tenha sido regularmente criada e esteja em plena atividade na cidade de Fortaleza/CE. Uma das pessoas competentes para gerir e representar a pessoa jurídica em comento pretende alterar o seu estatuto. Para tanto, a alteração não pode contrariar o fim da entidade e, além disso, deverá ser deliberada:
- A) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público, com possibilidade de suprimento judicial caso este denegue a aprovação.
 - B) por todas as pessoas competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação do Ministério Público.
 - C) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação do Ministério Público.
 - D) pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação e homologada pelo Juiz competente, após aprovação pelo Ministério Público.
 - E) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e aprovada pelo órgão do Ministério Público, com possibilidade de suprimento judicial caso este denegue a aprovação.
29. Quanto à temática das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.
- A) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, nomear-lhe-á administrador provisório.
 - B) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões serão tomadas necessariamente pela maioria de votos dos presentes.
 - C) O poder público poderá negar o reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao funcionamento das organizações religiosas.
 - D) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, mesmo que excedidos os limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
 - E) Na hipótese de confusão patrimonial, caberá a desconsideração da personalidade jurídica para atingir os bens particulares dos sócios.
30. Segundo o novel Código Civil, cessará para o menor a incapacidade civil pela emancipação a partir dos dezesseis anos completos,
- A) pela concessão de ambos os pais, mediante instrumento público, devidamente homologado pelo juiz.
 - B) por concessão do tutor, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
 - C) por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor estiver sob o regime de tutela e tiver dezesseis anos completos.
 - D) pela concessão de ambos os pais, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial.
 - E) pela concessão de um dos pais, na falta do outro, mediante procedimento de jurisdição voluntária, até final homologação judicial.

31. Quanto à natureza jurídica da ação, a teoria que defende que não há ação sem direito, proposta por Friedrich Carl von Savigny, denomina-se:
- A) teoria objetiva da ação.
 - B) teoria clássica ou imanentista.
 - C) teoria do direito autônomo e abstrato.
 - D) teoria do direito autônomo e concreto.
 - E) teoria do direito subjetivo instrumental.
32. Forma de solução de controvérsias, referentes a direitos patrimoniais disponíveis, no qual ocorre a intervenção de um terceiro independente e imparcial, que recebe poderes de uma convenção para decidir pelas partes litigantes, sendo sua decisão equivalente a uma sentença judicial, consiste na:
- A) Arbitragem.
 - B) Conciliação.
 - C) Audiência.
 - D) Avaliação.
 - E) Mediação.
33. Está incluído como prerrogativa constante da cláusula geral "ad judicium", o direito de:
- A) desistir.
 - B) recorrer.
 - C) transigir.
 - D) firmar compromissos.
 - E) receber e dar quitação.
34. São espécies de intervenção de terceiro, dentre outras existentes:
- A) o litisconsórcio e oposição.
 - B) o chamamento ao processo e o chamamento à autoria.
 - C) a oposição, a denunciação da lide e o chamamento ao processo.
 - D) o chamamento à autoria, denunciação da lide e oposição.
 - E) a nomeação à autoria, a denunciação da lide, a oposição, o chamamento ao processo, a assistência e o chamamento à autoria.
35. Conforme disposto no Código de Processo Civil, o Juiz:
- A) deverá ser parcial na condução da instrução probatória.
 - B) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna da lei.
 - C) poderá decidir por equidade, mesmo nos casos não previstos em lei.
 - D) será considerado suspeito para exercer suas funções em processo de jurisdição contenciosa se alguma das partes for credor de seu cônjuge.
 - E) não poderá de ofício determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
36. No que tange aos Auxiliares da Justiça, o perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas:
- A) não ficará inabilitado a funcionar em outras perícias.
 - B) ficará inabilitado, por dois anos, a funcionar em outras perícias.
 - C) ficará inabilitado, por cinco anos, a funcionar em outras perícias.
 - D) ficará inabilitado, por um ano, a funcionar em outras perícias.
 - E) ficará inabilitado a funcionar em qualquer perícia por prazo indeterminado.
37. Francisco era domiciliado em Fortaleza/CE e faleceu na China, durante viagem de trabalho. O *de cuius* era proprietário somente de uma casa situada em Gramado/RS metade da qual deixou, por disposição de última vontade, para sua companheira, residente em Fortaleza/CE. Seus dois filhos são domiciliados em Belém/PA e Belo Horizonte/MG. É competente para o cumprimento das disposições de última vontade, o inventário e a partilha, o foro da Comarca de:
- A) Belém/PA.
 - B) Gramado/RS.
 - C) Fortaleza/CE.
 - D) Belo Horizonte/MG.
 - E) o foro competente seria na China e não no Brasil.

38. Quanto aos prazos processuais,
- A) é possível às partes reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
 - B) o prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, mas é interrompido nos feriados.
 - C) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações só obrigarão o comparecimento após decorridos cinco dias.
 - D) salvo estipulação em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
 - E) não havendo preceito legal nem fixação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
39. A proibição de juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida ou condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, consagra o princípio processual civil:
- A) da correlação ou congruência.
 - B) da inafastabilidade da jurisdição.
 - C) da eventualidade ou especificidade.
 - D) da legalidade e isonomia processuais.
 - E) do livre convencimento e persuasão racional.
40. Segundo o regramento do CPC, o acolhimento pelo juiz da alegação de preempção e a transação entre as partes são causas de:
- A) suspensão do processo.
 - B) extinção do processo sem resolução de mérito.
 - C) extinção do processo com resolução de mérito.
 - D) suspensão do processo e extinção do processo com resolução de mérito, respectivamente.
 - E) extinção do processo sem resolução de mérito e extinção do processo com resolução de mérito, respectivamente.

DIREITO PENAL

41. Tratando-se de sucessão de leis penais no tempo, na hipótese de que a norma posterior incrimina fato não previsto na anterior, vigora no direito penal brasileiro o princípio do(a):
- A) Ultratividade.
 - B) Retroatividade.
 - C) *Abolitio criminis*.
 - D) Irretroatividade.
 - E) Não há princípio regente da norma em comento.
42. No âmbito do direito penal pátrio, o princípio da legalidade:
- A) consagra a desnecessidade da tipicidade.
 - B) exige a taxatividade da lei incriminadora.
 - C) não tem aplicabilidade no ordenamento brasileiro.
 - D) obsta que se reconheça a atipicidade de conduta em função de sua adequação social.
 - E) impede que se afaste o caráter criminoso do fato em razão de causa suprallegal de exclusão da ilicitude.
43. É uma das condições necessárias dentre aquelas estabelecidas pelo Código Penal para aplicação da lei brasileira, ao crime cometido no estrangeiro praticado por brasileiro:
- A) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição.
 - B) entrar o agente no território nacional no prazo máximo de dois anos após o crime.
 - C) não ser o fato punível no país onde foi praticado.
 - D) ter sido o agente absolvido no estrangeiro.
 - E) ter sido o agente perdoado no estrangeiro.
44. Considera-se fato típico:
- A) a ação esperada do indivíduo em face de uma situação de perigo.
 - B) a possibilidade prevista em lei do exercício de uma conduta ilegal.
 - C) o comportamento humano descrito em lei como crime ou contravenção.
 - D) a modificação do mundo exterior descrita em norma legal vigente no Brasil.
 - E) a descrição constante da norma sobre o dever jurídico de agir do homem médio.

45. Consoante o Código Penal brasileiro, exclui a imputabilidade penal:
- A) a emoção e a paixão.
 - B) a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
 - C) a embriaguez voluntária pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
 - D) se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - E) a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, se o agente era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
46. No contexto do Direito Penal pátrio, *aberratio ictus* e *aberratio criminis* consistem em:
- A) expressões diversas utilizadas para se referir ao mesmo instituto.
 - B) conceitos aplicáveis somente ao direito alienígena, não havendo previsão no Brasil.
 - C) institutos diferentes e há *aberratio ictus* quando, por erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido.
 - D) institutos diferentes e há *aberratio criminis* quando, por erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido.
 - E) institutos diferentes e há *aberratio criminis* quando o agente, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.
47. Se, por erro escusável pelas circunstâncias, o agente pratica o fato para salvar de perigo que imagina existir, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias hipotéticas, não seria razoável exigir-se, haverá:
- A) legítima defesa real.
 - B) legítima defesa putativa.
 - C) estado de necessidade real.
 - D) estado de necessidade putativo.
 - E) não há regulamentação para o caso no Direito pátrio.
48. Diante da inexigibilidade de conduta diversa, haverá reconhecimento de causa supralegal de exclusão da:
- A) ilicitude.
 - B) tipicidade.
 - C) punibilidade.
 - D) culpabilidade.
 - E) antijuridicidade.
49. Quanto à classificação dos crimes, consumam-se com o resultado os crimes:
- A) omissivos impróprios e materiais.
 - B) formais e omissivos impróprios.
 - C) materiais e omissivos próprios.
 - D) formais e omissivos próprios.
 - E) materiais e de mera conduta.
50. Segundo a doutrina jurídica da seara penal, os crimes que encerram dois ou mais tipos em uma única descrição legal denominam-se crimes:
- A) complexos.
 - B) qualificados.
 - C) de mão própria.
 - D) plurissubjetivos.
 - E) de ação múltipla.